



Entrevista exclusiva concedida pelo Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, à Rede Católica de Rádio

Palácio do Planalto, 07 de maio de 2007

Jornalista: Bom dia a você em todo o Brasil, eu sou Luiz Fara Monteiro. São 9h45. Vamos começar agora a entrevista do presidente Lula à Rede Católica de Rádio. Participam da coletiva a irmã Helena Corazza, presidente da Rede; o padre César Moreira, da Rádio Aparecida; Ricardo Brandão, da Rádio Nova Aliança de Brasília, e Romualdo de Souza, da Rádio Difusora de Goiânia.

Vamos começar com a participação da irmã Helena Corazza, da Rede Católica de Rádio. Irmã, bom dia.

Irmã Helena Corazza: Bom dia aos nossos ouvintes. Presidente Lula, nós queremos agradecer por esta entrevista, que é motivada pela chegada do Papa ao Brasil, a gente sabe disso. Gostaria de, inicialmente, perguntar ao senhor qual a expectativa em relação à presença do Papa no Brasil e aos temas que ele possa abordar em suas alocações? Como o senhor vê isso?

Presidente: Primeiro, bom dia, irmã Helena. Bom dia companheiros da imprensa. Eu acredito que a vinda de Sua Santidade, o Papa Bento XVI, ao Brasil precisa ser encarada como um momento histórico e um momento mágico da Igreja Católica brasileira. O fato de o Brasil ser o maior país católico do mundo e o fato de já estarmos mais ou menos habituados a receber papas aqui, na medida em que o João Paulo II veio três vezes ao Brasil, é uma demonstração do carinho que a Igreja tem pelo Brasil, é uma demonstração do respeito ao papel que a Igreja joga no Brasil, seja na sua atitude de evangelizar, seja na sua atitude de trabalhar com políticas sociais e com temas que interessam à sociedade brasileira. E a vinda do Papa, na minha opinião,



vem coroar esse trabalho todo que a Igreja Católica tem feito no Brasil. Acho histórico para o Brasil, acho que o Papa Bento XVI vai gostar do Brasil e vai ver o tipo de gente que nós somos. Na hora em que ele vir a cara do povo brasileiro, certamente ele vai voltar para o Vaticano muito mais esperançoso de que a América Latina, de que o Brasil, na verdade, simbolizam um futuro extraordinário. Eu sou daqueles que acreditam que o século XXI será o século da América Latina e será o século do Brasil. Eu tenho dito que nós não jogaremos fora as oportunidades que se apresentarem para nós, a oportunidade para a gente fazer o pobre ter acesso às coisas que precisa ter.

Eu não sei quais são os assuntos que o Papa vai querer conversar comigo. Eu, particularmente, tenho interesse de conversar com o Papa sobre alguns assuntos, sobretudo o problema que envolve a juventude brasileira e a família brasileira. Eu sou um homem convencido de que vários problemas sociais que nós temos no Brasil hoje não serão resolvidos fora do seio da sociedade e, sobretudo, da família.

Achar que o Estado pode resolver tudo é, no mínimo, uma grande heresia. Nós temos no Brasil uma situação de milhões de jovens, que é um estoque que nós herdamos de anos e anos de descaso com a juventude brasileira. E nós não iremos recuperar esses jovens sem uma atuação muito forte do Estado, sem uma atuação muito forte da sociedade mas, sobretudo, a gente precisa recuperar a família brasileira porque, na minha opinião, em vários setores tem um processo de degradação da estrutura familiar e nós precisamos resolver isso. Esse é um assunto que eu gostaria de discutir com o Papa. Entretanto, como ele é a visita e eu sou o anfitrião, a pauta será determinada por ele.

Jornalista: Nós vamos acompanhar agora a participação do padre César Moreira, da Rádio Aparecida, de São Paulo. Padre, bom dia.



Padre César Moreira: Presidente, bom dia. Nós estamos, aqui, evidentemente, como católicos. Nós somos uma rede de rádio católica, e há alguns temas recorrentes da Igreja, através da CNBB, que vão e voltam, relacionados ao governo. Um deles é a questão da ética na política que, lá atrás, a Igreja já se bateu muito por isso, a CNBB fez até documento sobre isso. E a gente percebe, é certo isso, até no seio na própria Igreja – e eu pertencço ao clero – que houve certa frustração no modo como o governo tratou, no mandato passado, a questão dos escândalos recém-acontecidos. O senhor acha que fez tudo que devia?

Presidente: Eu fiz tudo o que estava ao alcance do presidente da República. Primeiro, porque o presidente da República não tem o papel policial, não tem o papel de juiz, o presidente da República tem o papel de, ao receber uma denúncia, encaminhar aos poderes que vão investigar. O máximo que o presidente da República pode fazer é afastar as pessoas que estão envolvidas, até que seja apurado. Mais do que isso, nós ficamos dependendo da Justiça, nós ficamos dependendo de outras ações do Ministério Público, do Supremo Tribunal Federal, do Superior Tribunal de Justiça. E sai da esfera do Poder Executivo.

Agora é importante, padre César, a gente discutir a questão da ética com um pouco mais de profundidade, porque a ética perpassa todos os segmentos da sociedade, perpassa a política, perpassa a religião, perpassa a juventude, perpassa os times de futebol, ou seja, é preciso que a gente tenha clareza. Por exemplo, eu tenho no governo uma Comissão de Ética que analisa o comportamento dos ministros, que orienta quando tem alguma coisa equivocada e, muitas vezes, há divergências profundas entre o que pensa a Comissão de Ética e o que pensa uma pessoa que foi julgada pela Comissão de Ética. Se nós trabalharmos a questão da ética com serenidade, nós vamos perceber que o que aconteceu entre 2005 e 2006 – e somente a história é que



vai julgar isso – é que, na verdade, teve muitas coisas que foram colocadas a público sem nenhuma veracidade, sem nenhuma prova, sem nenhum argumento que pudesse dizer: isso é verdadeiro. O que a gente está percebendo agora? É que, com o passar do tempo, as coisas que vão para a Justiça vão ser julgadas, as coisas que estão nas mãos do Ministério Público vão ser investigadas, as coisas que estão nas mãos da Polícia Federal, vão ser investigadas. Qual é o papel do governo? Eu acho que o governo tem feito aquilo que é correto fazer. Qualquer coisa que aconteça no governo, nós temos a Controladoria-Geral, que hoje funciona de verdade; nós temos o Ministério Público, que tem autonomia; nós temos a Polícia Federal, que investiga. Eu sou daqueles que acha que toda e qualquer investigação deve ser feita e só dever vir a público depois que você tiver apurado e tiver provado que alguém é culpado. O que me deixa realmente contrariado – e eu acho que a todo ser humano de bem neste País – é ver o nome de pessoas aparecerem nos jornais como corruptos, e depois de um, três meses, cinco meses, essa pessoa é inocentada. E os mesmos que deram as manchetes não têm a ética de pedir desculpas pelo erro cometido.

Então, eu acho que nós agimos corretamente e vamos continuar agindo, porque nós entendemos que o que fica para a sociedade brasileira, depois que termina um governo, são os exemplos que você deu para a sociedade brasileira. E eu duvido se houve no Brasil, em algum momento da história deste País, um governo que se preocupasse em apurar toda e qualquer denúncia como nós fizemos. E fizemos através de mecanismos corretos. A Polícia Federal, para desvendar um caso de uma quadrilha como esse do Rio de Janeiro, levou mais de um ano investigando sem que ninguém soubesse, só veio a público quando prendeu mesmo. Isso que fizemos em São Paulo também estava há mais de um ano sendo investigado. Agora, tem hora que nem começa a investigação e as pessoas já são condenadas publicamente. E depois ninguém pede desculpa. E isso é coisa histórica.



Eu sou de São Paulo e eu lembro quantas vezes Dom Helder Câmara foi difamado, eu lembro quantas vezes Dom Paulo Evaristo Arns foi difamado, e passaram-se os anos e as calúnias levantadas contra essas pessoas nunca foram provadas, até porque os maus caluniadores não querem provas, eles só querem caluniar. Então, é preciso que a gente tome cuidado entre a verdade e calúnia, entre a verdade e a mentira, para poder discutir a questão da ética com muito mais força para que essa discussão tenha resultados positivos na formação da sociedade brasileira.

Jornalista: Essa é a entrevista do presidente Lula à Rede Católica de Rádio. Falamos direto do Palácio do Planalto, são 9h54. A entrevista acontece sob a supervisão do ministro Franklin Martins, da Secretaria de Comunicação. Vamos ouvir Ricardo Brandão, da Rádio Nova Aliança do Distrito Federal. Ricardo, bom dia.

Ricardo Brandão: Bom dia. Presidente, vamos falar um pouquinho de saúde. Na sexta-feira, passada, o senhor assinou um decreto que estabelece a quebra da patente de um medicamento usado no coquetel anti-Aids, desafiando empresas farmacêuticas internacionais. O senhor teme algum tipo de retaliação? E medidas como essa podem ser tomadas em relação a outros medicamentos, já que uma grande maioria da nossa população tem dificuldade financeira para adquirir medicamentos?

Presidente: Não temo. Eu não temo até porque, em se tratando da saúde do povo brasileiro, a gente não pode ficar preocupado se o laboratório vai gostar ou não. O que aconteceu é que nós negociamos com esse laboratório praticamente um mês inteiro, fizemos várias reuniões e entendemos que não era justo que o mesmo comprimido vendido no Brasil a 1 dólar e 59 centavos, fosse vendido na Tailândia a 0,65. O que nós pedimos, na verdade, foi



isonomia, e não nos deram. Então, nós não tivemos outra alternativa senão fazer com que o Brasil pudesse adquirir genéricos da Índia e, ao mesmo tempo, trabalhar para que a gente possa produzir no Brasil. E eu disse, no discurso, que sem querer fazer nenhuma guerra contra quem quer que seja, na hora em que o Ministério da Saúde entender que, num determinado tipo de remédio, precisamos tomar a mesma atitude que tomamos nesse, nós vamos tomar sem nenhuma preocupação. Até porque a própria Organização Mundial do Comércio prevê que, em caso de saúde pública, você pode tomar a atitude que tomamos.

Jornalista: Vamos a Romualdo de Sousa, da Rádio Difusora de Goiânia. Bom dia, Romualdo!

Romualdo de Sousa: Presidente, muito bom dia. Obrigado por estar conosco na Rádio Difusora. Presidente, a CCJ do Senado aprovou a redução da maioria penal. Esse tema ainda vai ao Plenário do Senado, em duas votações, e duas outras na Câmara. Tão logo aconteceu a votação dessa emenda, o líder do seu governo, o senador Romero Jucá, disse que era uma questão de governo derrubar a medida. O Palácio do Planalto, o senhor, vai orientar a bancada governista a não aprovar a redução da maioria penal, de 18 para 16 anos, Presidente?

Presidente: Olha, não só vamos orientar como vamos ganhar essa votação ou tentar ganhar essa votação, porque eu acho um absurdo. Eu já disse isso publicamente, várias vezes, e vou repetir para você, Romualdo. Há uma atitude, eu diria, de preconceito contra a juventude brasileira, na medida em que você acha que, penalizando essa juventude, você vai diminuir a violência ou a criminalidade. Você não vai. Essa juventude não está precisando de mais chicotada, essa juventude está precisando de mais esperança, de mais alento,



ela está precisando de uma utopia, na verdade. E eu disse, agora há pouco, que nós, a sociedade brasileira, herdamos um estoque de milhões de jovens, entre 15 e 24 anos que, desde a década de 80, perderam a oportunidade de estudar e perderam a oportunidade de trabalhar.

Nós estamos com um trabalho imenso, agora, temos, praticamente, 800 mil jovens participando de programas, seja no ProJovem, no Soldado-Cidadão, no Consórcio da Juventude, tentando criar uma espécie de animação, de motivação, para trazer esses jovens de volta para a escola e lhes ensinar uma profissão. Criamos o ProUni e já colocamos cerca de 300 mil jovens na universidade. Temos, agora, uma discussão dentro do governo para unificar as políticas sociais do governo e para ver se a gente consegue dar uma resposta mais eficaz para a juventude brasileira, porque há um estoque enorme. Achar que vamos resolver isso punindo o jovem, é um ledor engano. Nós vamos resolver o problema é com o seguinte: trazer o jovem para acreditar no Estado brasileiro, fazer com que a família faça parte da recuperação desse jovem, porque muitas vezes você vê um jovem na Febem, e você fica perguntando “o que esse jovem cometeu de crime?” Ele pode ter cometido um delito. Agora, é preciso ir à origem, saber por que esse jovem cometeu aquele delito. Como é a vida dele dentro de casa? Como vive o pai dele? Como vive a mãe dele? Qual é a razão social que existe dentro daquela família? Como eles convivem? Porque aí você pode encontrar uma solução muito mais eficaz.

Eu digo sempre o seguinte: se você imaginar o dinheiro que se gasta com o jovem em uma Febem e você imaginar transferir esse dinheiro para cuidar da família, possivelmente saia muito mais barato e seja muito mais eficaz você envolver a família para ajudar a recuperar o seu próprio jovem. Às vezes, o erro não está no jovem, o erro está dentro de casa. O pai e a mãe estão brigando? Como o pai e a mãe estão se comportando? Essas coisas é que eu acho que nós precisaríamos discutir com muito mais força dentro do Congresso Nacional.



Você sabe que nós fizemos no Instituto de Cidadania, ainda antes deste governo, um programa para a juventude brasileira, e parte desse programa está sendo executado no governo. Eu disse ao companheiro Paulinho Vanucci, que é o secretário de Direitos Humanos, e disse aos companheiros da Secretaria da Juventude e ao Conselho Nacional da Juventude, que é preciso a gente rediscutir o papel da juventude brasileira. Qual a proposta que a gente vai fazer para esse jovem? Eu fui agora a Recife entregar o diploma para 6 mil jovens que voltaram para a escola e se formaram. Então, tem depoimentos extraordinários: tem menina que, com 17 anos, já tem dois filhos. E essa menina ia para a escola fazer esse curso da Juventude, que nós criamos, do ProJovem, às vezes com os dois filhos no colo. Às vezes ia para a escola com o filho com febre e assistia aula. Tem uma história de um jovem que cometeu um delito e foi preso, e o comportamento dele, na cadeia, era de implorar para continuar estudando, e o responsável pela sua prisão levou o material para ele estudar e, depois de 30 dias, o liberou para voltar a estudar. Não só ele se formou, como fez um vestibular para a escola técnica e foi o primeiro colocado.

Então, eu estou convencido – peço a Deus não estar errado – de que essa meninada está precisando de uma luz, está precisando de uma esperança, está precisando de uma utopia, e não de mais penalidade, porque se for assim, daqui a pouco vamos pegar e baixar a maioridade penal para 14 anos, vamos baixar para 10, vamos baixar para 8, daqui a pouco estão querendo punir o feto que está na barriga das pessoas pobres deste País.

Jornalista: Vamos ouvir a irmã Helena Corazza, da Rede Católica de Rádio.

Irmã Helena Corazza: Presidente Lula, mais de 100 emissoras estão ao vivo conosco, emissoras católicas, e eu não posso deixar de fazer essa pergunta. O senhor me deu a deixa agora: a vida está sendo ameaçada no Planeta mas, também, antes de nascer. É a questão do aborto. A discussão está em curso, o



próprio Ministro da Saúde já afirmou publicamente, se declarou favorável ao aborto. E nós, as nossas comunidades estão aí mobilizadas também, fazendo abaixo-assinado. O que o senhor pode fazer neste momento, trabalhar essa questão em favor da vida antes de nascer? Eu entendo que tem que ter muita educação e tal, mas o senhor, como Presidente da República?

Presidente: Eu tenho duas posições. Eu tenho a posição de pai e de marido, e de cidadão, e tenho um comportamento de presidente da República. São duas coisas totalmente distintas. Primeiro, eu tenho dito, na minha vida política, que sou contra o aborto. Tenho dito publicamente. E tenho dito publicamente que não acredito que ninguém faça aborto por opção ou por prazer. É importante que a gente saiba dimensionar quando uma jovem desesperada, numa gravidez indesejada, corre à procura de um aborto. É preciso saber qual é o tratamento que ela recebeu de seus pais, é preciso conhecer as possibilidades que ela tem de criar aquele filho, porque hoje nós temos, no Brasil, 30% das meninas de 15 a 17 anos fora da escola por causa de gravidez precoce.

Então, o dado concreto é o seguinte: se nós tivéssemos, no Brasil, um bom processo de planejamento familiar, de educação sexual, possivelmente nós não tivéssemos a quantidade de gravidez indesejada que temos no Brasil, hoje. Entretanto, quando ela existe, o Estado precisa tratar isso como uma questão de saúde pública, porque a história também nos ensina que, muitas vezes, no desespero e por falta de orientação, muitas meninas se matam precocemente. Eu conheço casos de meninas que perfuraram o útero com agulha de fazer tricô. Eu conheço casos, na Bahia e em outros estados do Nordeste, em que meninas colhiam fuligens no fogão de lenha, achando que aquilo poderia resolver o problema da sua gravidez. Ora, então o Estado não pode ficar alheio a uma coisa que existe, que é real, e não dar assistência para essas pessoas. Essa divergência vai existir, eu acho que ela ainda vai levar muito tempo, vamos discutir até que a gente entenda corretamente o seguinte:



qual é o meu sonho? O meu sonho é que as pessoas tenham uma educação tão desejada e tão perfeita que não precisem ficar grávidas sem desejar. Este é o meu desejo. Agora, enquanto isso não acontece, o Estado precisa assumir a responsabilidade de cuidar de milhões de pessoas, ao longo de décadas, que às vezes ficam grávidas sem querer ficar grávidas. E, depois, como é se comporta o pai de uma menina de 17 anos que fica grávida? Como é que se comporta a mãe? Como é que se comportam os parentes?

Então, eu penso que é preciso agir. E nós já temos uma lei no Brasil, que é uma lei que define corretamente, mas, apesar da lei, nós ainda temos um processo de pessoas que engravidam de forma indesejável, muito grande. E aí, o Estado não pode abdicar de cuidar disso como uma questão de saúde pública, porque senão é levar à morte muitas jovens neste País.

Jornalista: Dez horas e cinco minutos. Esta é a entrevista do presidente Lula à Rede Católica de Rádio, direto do Palácio do Planalto. Vamos ouvir o padre César Moreira, da Rádio Aparecida de São Paulo.

Padre César Moreira: Presidente Lula, o senhor já esteve em Aparecida algumas vezes, lá atrás, na sua vida, é verdade?

Presidente: Muitas vezes. Já subi aquela escada muitas vezes pagando promessa. Às vezes eu ficava zangado porque a minha mãe fazia a promessa e eu que tinha que pagar.

Padre César Moreira: Isso é muito comum.

Presidente: Eu tinha 14, 15 anos de idade e minha mãe fazia eu subir de joelhos aquela escada, carregando uma vela do meu tamanho. Apesar de eu ser pequeno, a vela não pesava muito.



Padre César Moreira: Mas eu estou fazendo essa pergunta porque eles me cobraram isso em Aparecida. O senhor foi tantas vezes lá mas, como presidente da República, não foi, ainda, visitar Nossa Senhora. Então, a gente está esperando.

Presidente: Deixa eu te contar uma coisa: era até para eu ter ido, no Grito dos Excluídos, no ano passado. Aí eu comecei a pensar, eu tinha ido, no primeiro ano de governo, quando houve uma manifestação em defesa da igualdade racial. Depois, eu comecei a achar que as pessoas poderiam imaginar que estava havendo especulação política da minha parte, de participar de um ato que é feito normalmente pela Igreja Católica e que junta milhares e milhares de pessoas.

Eu fui muitas vezes a Aparecida. Aliás, eu fui tanto a Aparecida que meu carcereiro, quando estive preso em 80, e que nós chamávamos de “picadão”, eu o descobri morando em Aparecida e filiado ao PT lá. Ou seja, eu fiz muito comício em Aparecida. Mas, quem sabe, este ano eu irei lá. Se você me convidar, eu estarei indo.

Padre César Moreira: Já está convidado, não só da minha parte.

Presidente: Uma coisa, César, que é importante entender: quando você é presidente da República, a tua aparição, em qualquer lugar público, causa um transtorno fora do comum. Ou seja, para ir numa Igreja, para ir numa missa lá em Aparecida, a segurança vai antes, e vai demarcar o lugar. Eu sempre acho incômodo você mexer com as pessoas que não pediram para você ir lá. As pessoas estão lá para rezar e, daqui a pouco, chega um alvoroço de gente para ocupar o lugar delas. Eu não vou mais a estádio de futebol. Eu, na verdade, estou há quatro anos na Presidência e nunca fui a um restaurante,



porque a segurança quer ir na frente, e eu acho que eu não tenho o direito de causar transtorno na vida das pessoas.

Padre César Moreira: Mas, depois que nós recebemos o Papa, qualquer transtorno lá é pouco.

Presidente: Mas o Papa vem de vez em quando, e o Papa é a autoridade maior da Igreja, então, é diferente.

Jornalista: Vamos ouvir o Ricardo Brandão, da Rádio Nova Aliança, do Distrito Federal.

Ricardo Brandão: Presidente, o senhor sempre foi a favor do trabalhador. A prova disso é o veto do senhor à Emenda 3 que, a médio e longo prazo, traz grandes prejuízos aos trabalhadores. Agora, o Congresso se articula para que esse veto seja derrubado. O governo vai manter essa posição quanto ao veto ou há possibilidade de uma proposta de ajuste à Emenda para que se chegue a um meio termo?

Presidente: Olha, primeiro, se o Congresso derrotar o veto, qual é o caminho natural? É o Procurador-Geral da República entrar com uma ADIN no Supremo Tribunal Federal, e o Supremo Tribunal Federal julgar. Por que eu veteei a Emenda número 3? Eu reconheço que, seja numa rádio, seja numa televisão, seja em outra atividade, você tem profissionais que podem ser contratados como pessoa jurídica e não precisam ter carteira profissional assinada. Agora, você não pode permitir que o Estado brasileiro não tenha o direito de fiscalizar as condições de trabalho a que os brasileiros estão submetidos. E, se você permitisse que a Emenda número 3 passasse, do jeito que ela estava feita, você iria fazer o quê? Você iria fazer com que os catadores de laranja fossem



contratados como pessoa jurídica, você iria fazer com que os cortadores de cana fossem tratados como pessoa jurídica, num país em que ainda tem trabalho escravo e em que, vira e mexe, o Ministério do Trabalho está desvendando pessoas que contratam mão-de-obra escrava. Como você pode permitir que o Estado não tenha o poder de fiscalização?

Nós vetamos e eu estou preocupado, junto com o Ministro do Trabalho, junto com o Ministro da Previdência, junto com o Ministro da Justiça, e todo o governo, de tentar encontrar uma redação em que você permita que aquelas pessoas, com funções totalmente especiais e que podem ser contratadas como pessoa jurídica, sejam contratadas. Mas que você não permita que isso desça para a sociedade brasileira, porque daqui a pouco nós vamos ter empresas de 30, 20 trabalhadores, querendo contratar todo mundo como pessoa jurídica. E aí você acaba uma relação de trabalho construída durante décadas neste País. Eu vetei, e se ela fosse aprovada, eu vetaria novamente.

Jornalista: Dez horas e dez minutos. Vamos ouvir o Romualdo de Sousa, da Difusora de Goiânia.

Romualdo de Sousa: Presidente, a Conferência dos Bispos está em assembléia lá em Itaipu e, na abertura do encontro, os bispos criticaram a política econômica do seu governo. Eles reclamaram que o senhor tem dado prioridade aos banqueiros, reclamaram que o senhor tem feito o pagamento dos juros da dívida externa e, em compensação, programas que eram bandeiras de Lula, como candidato, estão sendo esquecidos, na análise da CNBB, como é o caso da reforma agrária. Presidente, o senhor esqueceu da reforma agrária?

Presidente: Veja, primeiro, eu acho que até a Conferência Nacional dos Bispos pode cometer injustiça. Eles também não são pessoas acima da



normalidade de um ser humano. É importante saber o seguinte: eu gostaria de discutir com as pessoas que fazem crítica à política econômica do governo, porque eu duvido se, desde que foi proclamada a República neste País, houve um momento econômico como o que nós estamos vivendo hoje. A taxa de juros mais baixa da história do Brasil, o maior aumento de salário mínimo da história do Brasil, a maior recuperação salarial, o Dieese publica todos os dias. Eu fui dirigente sindical durante 20 anos da minha vida e a Igreja me acompanhou muito, porque Dom Cláudio estava junto conosco na maioria das vezes, e Dom Paulo Evaristo Arns. Nós passávamos décadas sem ganhar um centavo de reajuste de salário acima da inflação. Hoje, 90% dos acordos salariais são acima da inflação. Ora, se você pegar os dados do IBGE e pegar a Pnad, você vai perceber o seguinte: no Nordeste brasileiro, a camada mais pobre da população cresceu mais do que a China. Se você imaginar a quantidade de créditos que nós disponibilizamos para a sociedade, sobretudo para aqueles mais pobres, nós saímos de 4 para 10 bilhões de reais de financiamento da agricultura familiar e assentamos 331 mil famílias. Agora, as pessoas sempre vão querer mais, e eu acho normal. E nós, quando estamos no governo, só fazemos aquilo que podemos fazer. Eu não pago juros porque gosto de pagar juros. Eu pago juros porque este País contraiu uma dívida e alguém tem que honrá-la. Mas as pessoas precisam lembrar que quando eu entrei nós tínhamos apenas 15 bilhões de dólares de reservas. Hoje nós estamos com quase 130 bilhões de dólares de reservas. Pagamos o FMI, pagamos o Clube de Paris, ou seja, nós estamos numa situação altamente favorável.

A Igreja de Nossa Senhora Aparecida não estaria do jeito que está se alguém não tivesse começado a fazer o alicerce. O que nós fizemos no primeiro mandato foi preparar as bases deste País para que este País fosse tratado com seriedade, para que este País pudesse crescer de forma sustentável.



Eu gostaria que os críticos apresentassem um momento melhor, ou seja, ao criticar a nossa política econômica, dizer qual foi o momento em que teve alguma coisa melhor, porque eu não conheço. Eu me lembro do “milagre brasileiro”, quando a economia crescia 14%, a inflação era 20%. Eu me lembro do período do Juscelino Kubitschek, quando o País cresceu em média 7% ao ano, a inflação era, em média, 23% ao ano. Qual o momento da história do Brasil em que a gente aumenta a exportação e, ao mesmo tempo, cresce o mercado interno? Qual o momento deste País em que a gente tem crescimento econômico com inflação baixa? Não existe.

Então, eu gostaria, como eu tenho muita relação com a igreja, e logo, logo estarei fazendo uma visita à CNBB ou estarei recebendo-os aqui, para discutir essas coisas. Mas discutir sem paixão, discutir com a razão. E depois, aquilo em que nós estivermos errados, eu, na verdade, acho que a crítica só ajuda. Você sabe que se tem uma coisa que eu não gosto é de bajulação. Eu prefiro que uma pessoa me diga a verdade, por mais dura que ela seja, porque ela vai me permitir encontrar um caminho mais justo, do que as pessoas ficarem me bajulando, achando que eu estou certo quando tem alguma coisa errada.

Na questão da reforma agrária, o problema não é só fazer assentamento. O problema neste País não é mais você ficar contando quantas pessoas foram assentadas, é você contar, das pessoas que já estão no campo, quantas estão vivendo decentemente, quantas estão recebendo assistência técnica, quantas estão recebendo crédito, quantas estão morando bem, quantas estão vendendo o seu produto. É isso que nós precisamos contar. São mais de 4 milhões de pequenas propriedades. Não adianta você ficar pegando gente e colocando no campo, não tendo condições de dar a eles condições de produzir. Você vai produzir assentamento de miseráveis, como historicamente se produziu neste País. E eu não quero fazer isso.



Eu disse ao meu ministro da Reforma Agrária, agora, que é preciso juntar todos os segmentos da sociedade que discute reforma agrária, e nós precisamos dedicar esse mandato para cuidar da qualidade dos assentamentos. Eu quero que cada assentamento tenha escola, tenha um posto médico, tenha luz, tenha crédito. Eu quero discutir o que é importante plantar para que as pessoas possam ganhar dinheiro e sobreviver dignamente. Eu acho que é essa a revolução que precisamos fazer nesse instante no País, é cuidar de milhões de brasileiros que estão no campo. E se gente não cuidar direitinho, eles irão engrossar as grandes periferias dos grandes centros urbanos, morando de forma subumana.

Agora, tem uma questão ideológica, é um debate que eu gosto de fazer e vocês sabem que eu gosto de fazer. Tem pessoas para quem o assentado só vale se for o dele, se não for o dele não vale. Se eu assentar alguém que pertence ao assentamento da irmã Helena, a turma do assentamento do padre César vai dizer: “Não, não assentou”. Porque não assentou o dele. Mas eu não posso pensar por agrupamento, eu tenho que pensar é no conjunto.

Só para você ter idéia, César, nós desapropriamos, em quatro anos, mais do que foi desapropriado em oito anos. Nós desapropriamos 31 milhões de hectares para fazer reforma agrária. Isso não é pouca coisa. Agora, não basta isso, isso é o primeiro passo. Precisamos garantir assistência técnica para essa gente, garantir a boa produção, garantir preço mínimo para os produtos dessa gente. Porque não adianta plantar se não tem mercado para vender.

Eu lembro de um exemplo que nós fizemos em Rondônia, o feijão baixou muito e nós entramos comprando o feijão. Aí o preço foi para 60 reais, foi para o preço do mercado. Aí o governo saiu. Nós estamos comprando alimentos como jamais se comprou na história deste País. Eu me lembro no ano passado, quando os arroteiros queriam que nós aumentássemos o preço mínimo do arroz, de 17 para 24 reais, porque estava prejudicando 20 mil



arrozeiros. Eu falei: maravilhoso, eu quero ajudar os arrozeiros. E como é que fica a dona de casa que tem ido ao supermercado e comprado arroz a R\$ 4,90, de primeira qualidade? Então, no governo, você faz opções. Você pode avaliar a história do Brasil, eu quero ver alguém que assentou mais do que nós, eu quero ver alguém que cuidou mais disso do que nós. Eu quero ver alguém que abriu mais crédito do que nós. Agora, obviamente que, como você tem um século de história acumulada, você tem um século vazio no tratamento dessas questões, você pode fazer o que você puder fazer, que ainda vai faltar muita coisa.

O dado concreto, eu digo sempre o seguinte: no primeiro mandato, eu dizia que queria ser medido no último dia de meu mandato, eu quero ser avaliado. E, agora, eu tenho mais quatro anos para fazer, aperfeiçoar o que começamos e fazer o que eu não fiz no primeiro mandato. Nós só estamos com quatro meses de governo, então, eu só quero ser julgado no final do meu governo para provar o que nós somos capazes de fazer. E mais ainda, viu, Romualdo? Eu tenho uma coisa na minha cabeça que é o seguinte: não basta apenas ficar atendendo às reivindicações específicas, é preciso que a gente crie um patamar de relação da sociedade com o Estado, capaz de permitir que, quando você deixar o governo, a sociedade esteja organizada e com força para continuar conquistando novas coisas, porque, se não for assim, termina quando termina o mandato. Quantos prefeitos fazem as coisas, e quando perdem a eleição, desmontam tudo o que fizeram? Por quê? Porque a sociedade não estava organizada.

Então, nós queremos estabelecer um patamar mais elevado com as entidades da sociedade civil, inclusive com aqueles que lutam pela reforma agrária, para que a conquista seja definitiva, não seja apenas uma conquista de um mandato presidencial.

Jornalista: Nós acompanhamos, então, a entrevista do presidente Lula à Rede



Católica de Rádio, transmitida, também, pelo Sistema Radiobrás. Obrigado aos nossos convidados, e obrigado presidente Lula.

Presidente: Olha, quando as coisas são boas, terminam muito rápido. Eu quero agradecer à Irmã Helena, quero agradecer ao Padre César, quero agradecer ao Romualdo e ao Ricardo, e dizer para vocês que, se a gente não tiver mais entrevista, não é minha culpa. Nós não podemos esperar o Papa vir aqui para a gente voltar a fazer isso. Eu acho que nós temos temas extremamente importantes. Eu, quando era candidato, em 2002, dei muitas entrevistas para o Romualdo, para a Rádio Aparecida, ou seja, essas coisas podem continuar. Eu queria dizer para vocês uma coisa: nós, hoje, estamos fazendo a avaliação do PAC. O PAC foi lançado no dia 22 de janeiro e nós, hoje, estamos preparando a primeira avaliação, três meses depois do lançamento do PAC. E nós vamos prestar contas à sociedade brasileira a cada quatro meses. O PAC tem um Conselho Gestor, esse Conselho prestará contas a mim todo mês, prestará contas ao Congresso Nacional e prestará contas à sociedade. Porque, no PAC, são 250 bilhões de dólares, ou seja, 504 bilhões de reais, e nós vamos ter investimentos em urbanização de favelas, em habitação e saneamento básico, que este País não teve no século passado. E, para isso, nós criamos o Conselho Gestor, com a ministra Dilma Rousseff, o ministro Paulo Bernardo e o Ministro da Fazenda, para a gente acompanhar, semanalmente, quinzenalmente, com cronograma, o que vai acontecer a cada dia, a cada hora, porque nós queremos provar que é possível o Brasil sair do patamar em que se encontra. E isso, meu caro, foi um sacrifício enorme, e eu gostaria que vocês, se pudessem depois, assistissem a entrevista da Dilma e do Guido. Seria extremamente importante. No mais, obrigado a vocês e até a próxima.

Jornalista: São 10 horas e 22 minutos. Obrigado a você em todo o Brasil, um



abraço.